



Processo nº: 02211/2001/002/2005

Assunto: Auto de Infração nº 2166/2005, lavrado contra AUTO POSTO SUPREMO LTDA

### **PARECER JURÍDICO**

#### ***I) Relatório:***

1 – O Auto Posto Supremo Ltda, foi autuado como incurso no item 2, do § 3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade: " *Descumprir determinação da Deliberação Normativa COPAM 050/2001 em seu Art. 3º §2º itens V, IX, constatada degradação ambiental*".

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Consoante verificado às fls. 04, o Auto de Infração foi enviado através de OF.NUCOM/Nº 1045/2005, tendo sido recebido em 15/09/2005, consoante demonstra o Aviso de Recebimento – AR fls. 07.

Nos termos do artigo 25 do Decreto nº 39.424/98, a Defesa deveria ter sido apresentada até o dia 05/10/2005, ou seja, no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do Auto de Infração.

Entretanto, a mesma somente foi protocolizada em 07/10/2005, portanto fora do prazo legal. Desta feita, uma vez que os prazos são fatais e peremptórios, considera-se que a Defesa é intempestiva, razão pela qual não merece ser analisada.

#### ***II) CONCLUSÃO***

Diante do exposto e da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM, sugerindo a aplicação de **01 (uma) penalidade de multa** no valor de **R\$ 10641,00**, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "a" (infração gravíssima, empreendimento de pequeno porte), c/c com o artigo

9



feam

2

2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2006.

  
**Angélica de Araújo Oliveira**  
**Consultora Jurídica**  
**OAB/MG 94.081**